

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CLAUCIO FERREIRA DA COSTA

**ANÁLISE DA INADIMPLÊNCIA DAS PESSOAS FÍSICAS NO CARTÃO
DE CRÉDITO EM RAZÃO DA CRISE FINANCEIRA DE 2015**

CURITIBA
2016
CLAUCIO FERREIRA DA COSTA

ANÁLISE DA INADIMPLÊNCIA DAS PESSOAS FÍSICAS NO CARTÃO DE CRÉDITO EM RAZÃO DA CRISE FINANCEIRA DE 2015

Monografia apresentada à Universidade Federal do Paraná, como parte das exigências do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Contabilidade e Finanças, para a obtenção do título de Especialista.

Curitiba, 30 de Setembro de 2016.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Simone Bernardes Voese
Orientadora – Departamento de Contabilidade

CLAUCIO FERREIRA DA COSTA

**ANÁLISE DA INADIMPLÊNCIA DAS PESSOAS FÍSICAS NO CARTÃO
DE CRÉDITO EM RAZÃO DA CRISE FINANCEIRA DE 2015**

Monografia apresentada à Universidade Federal do Paraná, como parte das exigências do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Contabilidade e Finanças, para a obtenção do título de Especialista.

Orientador: Profa. Dra. Simone Bernardes Voese

CURITIBA
2016

RESUMO

A crise financeira e econômica a qual passou o Brasil em 2015 registrou forte período de recessão. Entre os muitos motivos que levaram a atual situação econômica do país, podemos citar a fase política que vive o país, falta de investimentos em infraestrutura, refletindo na menor competitividade tanto no ambiente interno quanto externo, além da ausência de planejamento estratégico de longo prazo para nossa economia. Diante de um cenário de aumento da inflação, o setor de indústria e comércio vê a necessidade de se adequar ao novo formato de mercado, enxugando suas estruturas, iniciando assim um movimento de demissões em todos os setores. Com menor poder de compra e com o aumento do número de desempregados as instituições financeiras, principais canais de oferta de crédito a pessoas físicas, entendem a necessidade de cobrar mais caro pelos produtos oferecidos de forma a evitar um calote. Durante todo 2015 como não houve sinal de recuperação, os clientes destas instituições tiveram suas dívidas aumentadas consideravelmente em face as novas taxas, que comprometendo em maior percentual sua renda, se percebem altamente endividados e começam a apresentar problemas em manter suas obrigações em dia, acarretando nos maiores níveis de inadimplência já vistos desde o início do monitoramento destas informações, iniciados em 2011.

Palavra chave: crise financeira – recessão – inflação – desemprego – inadimplência

ABSTRACT

The financial and economic crisis the reason why crossed Brazil in 2015 registered strong recession. Among the many reasons that the current economic situation of the country, we can mention lack the political stage that lives the country, lack of investment in infrastructure, reflecting the lower competitiveness in both the internal and external environment, and the absence of long strategic planning time for our economy. Given this scenario of increased inflation, the industry sector and trade sees the need to adapt to the new market format, dabbing their structures, thus starting a movement layoffs in all sectors. With lower purchasing power and the increase in the number of unemployed financial institutions, major credit supply channels to individuals, they understand the need to charge more for the products offered in order to avoid a default. For all the year as there was no sign of recovery, the customers of those institutions had their increased debt considerably in the face the new rates that committing to a greater percentage your income, perceive themselves heavily indebted and begin to present problems in maintaining their obligations on time, resulting in higher levels of delinquency ever seen since the beginning of tracking this information, started in 2011.

Key-words: financial and economic crisis – recession – inflation – unempolyment – default

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - TRANSAÇÕES ENTRE FAMÍLIAS E EMPRESAS – SIMPLIFICADO	17
--	----

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - COMPARATIVO DA TAXA DE JUROS DO EMPRÉSTIMO PESSOAL 2015	26
TABELA 2 – NÍVEL DE ENDIVIDAMENTO	42
TABELA 3 – INADIMPLÊNCIA PESSOA FÍSICA (EM %).....	43
TABELA 4 – PRINCIPAIS TIPOS DE DÍVIDAS	44

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - CRESCIMENTO DA ECONOMIA DO BRASIL – 1967 A 2015 (PIB ANUAL, EM %).....	10
GRÁFICO 2 - INFLAÇÃO ANUAL (%)	11
GRÁFICO 3 - JUROS DO CHEQUE ESPECIAL.....	25
GRÁFICO 4 - TAXA DE OCUPAÇÃO (EM %)	34
GRÁFICO 5 - NÚMERO DE OCUPADOS (EM MILHARES).....	35
GRÁFICO 6 - RENDIMENTO MÉDIO HABITUAL NO TRABALHO PRINCIPAL (EM R\$).....	36
GRÁFICO 7 - TAXA DE JUROS: CHEQUE ESPECIAL, CARTÃO DE CRÉDITO E SELIC	37
GRÁFICO 8 – CRÉDITO NO SISTEMA FINANCEIRO (INADIMPLÊNCIA, EM %)	39
GRÁFICO 9 - NÍVEL DE ENDIVIDAMENTO 2014-2015.....	40
GRÁFICO 10 - CONTAS EM ATRASO – FAIXA DE RENDA - 2014-2015.....	41

GRÁFICO 11 - CRESCIMENTO DA ECONOMIA DO BRASIL – 1967 A 2015 (PIB ANUAL, EM %)	41
GRÁFICO 12 - PRINCIPAIS TIPOS DE DÍVIDAS	43

SUMÁRIO

RESUMO.....	3
ABSTRACT	4
LISTA DE FIGURAS	5
LISTA DE TABELAS	5
LISTA DE GRÁFICOS.....	6
1. INTRODUÇÃO	10
1.1 OBJETIVOS	15
1.1.1 Objetivos gerais.....	15
1.1.2 Objetivos específicos.....	15
1.2 METODOLOGIA.....	15
1.2.1 Tipo de pesquisa	15
1.2.2 Caracterização da organização	16
1.2.3 Procedimento de coleta de dados	16
2. REVISÃO DE LITERATURA	17
2.1 CONCEITOS DE MACROECONOMIA.....	17
2.1.1 PIB.....	17
2.1.1.1 Consumo	18
2.1.1.2 Investimento	19
2.1.1.3 Compras do Governo	19
2.1.1.4 Exportações Líquidas	19
2.1.2 Desemprego.....	20
2.1.3 Inflação.....	22
2.2 LINHAS DE CRÉDITO PARA PESSOAS FÍSICAS.....	24
2.2.1 Cheque especial.....	24
2.2.2 Empréstimo pessoal	25
2.2.3 Cartão de crédito	27
2.2.4 Crédito consignado	28
2.2.5 Refinanciamento imobiliário	29
2.2.6 Crédito educacional.....	29
2.3 SUPERENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS.....	30

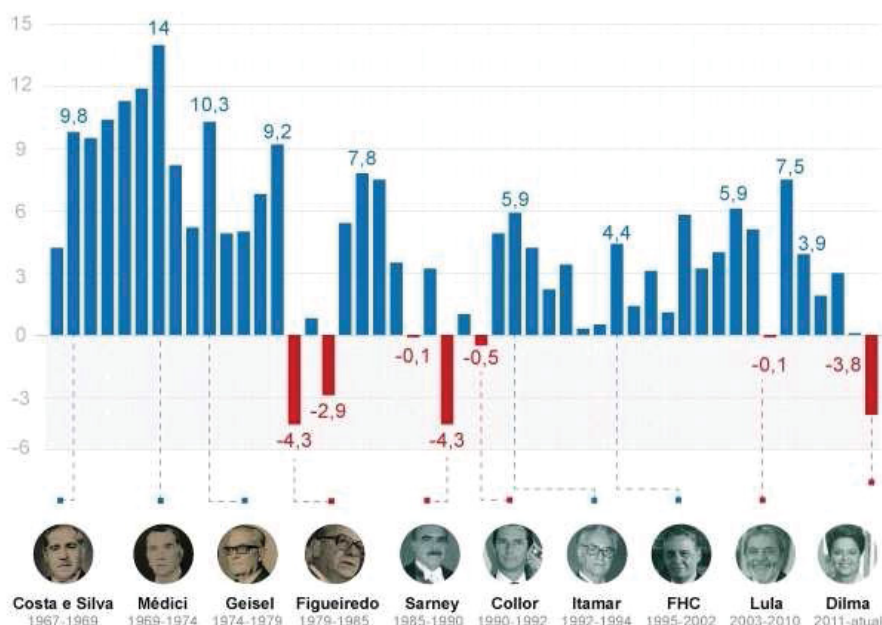
2.4 HÁBITOS DE CONSUMO	32
3. ANÁLISE DE RESULTADOS	35
3.1 ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO EM 2015	35
3.2 ANÁLISE DAS TAXAS DE CARTÃO DE CRÉDITO	37
3.3 ANÁLISE DA OFERTA DE CRÉDITO PELAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	39
3.4 ANÁLISE DA INADIMPLÊNCIA DAS FAMÍLIAS	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
REFERÊNCIAS	49

INTRODUÇÃO

A crise política na qual passou o Brasil em 2015 foi resultado daquele que talvez seja o mais desastroso governo da história do país. A economia encolheu seis em sete trimestres analisados, ficando sem alterações em um deles, sendo a pior marca desde que o índice passou a ser calculado, em 1947. De 2014 até o fim de 2016, a projeção é de queda acumulada de 8,7% e a taxa de desemprego está em 8,5%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015).

O combo que envolve ajuste fiscal, alta taxa de juros, baixa confiança dos empresários pelas investigações de corrupção em todos os escalões da política brasileira, riscos de racionamento de água e energia além de problemas de competitividade são reflexos da deficitária gestão da Presidente Dilma Rousseff e podem ser entendidos resumidamente, como os fatores que levaram o país a um novo ciclo de declínio (Portal G1, 2015).

GRAFICO 1 – CRESCIMENTO DA ECONOMIA DO BRASIL – 1967 A 2015 (PIB ANUAL, EM %)



FONTE: G1, 2015

A menor arrecadação de impostos, sobretudo no setor industrial, derrubou o Produto Interno Bruto (PIB) em 2015. No PIB, a indústria engloba, além do setor manufatureiro, a construção civil e a produção e distribuição de energia e gás. Em 2015 houve queda de 7,3% na arrecadação de impostos sobre produto. A indústria contribuiu negativamente para este cenário em razão da menor arrecadação com impostos de IPI e de importação, principalmente da indústria da transformação, a qual sozinha apresentou retração de 9,7% no comparativo 2014 – 2015.

O desempenho ruim da indústria automotiva e da de máquinas e equipamentos foram determinantes para esse recuo da indústria da transformação. Além dos citados, apresentaram retração os setores de produtos eletrônicos e equipamentos de informática; têxtil e vestuário e de produtos de metal.

No caso específico do setor de automóveis, vale comentar que 2015 foi o ano em que o governo concluiu o programa de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) reduzido para automóvel zero quilômetro, fator que incentivou a compra e reduziu preços em anos anteriores, e sendo encerrados em 2015 contribuíram consideravelmente no desempenho de vendas das montadoras, conforme relatado pelo jornal o Globo (2015)

Tal performance é explicada, pois com o aumento da inflação e queda na renda das famílias pelo desemprego (o número de desempregados em 2015 bateu recorde, o maior índice desde 2009, onde mais de 9,1 milhões de pessoas perderam seus postos de trabalho, segundo o IBGE (2015), existe um movimento de retração no consumo das famílias. Em 2015, a queda foi de 4% em relação a 2014, o pior índice registrado pelo IBGE desde 1996.

Além dos pontos destacados, conforme publicação do site Clube dos Poupadores (2015), tivemos como fatores que agravaram a recessão de 2015, a operação Lava Jato, por exemplo, que impactou negativamente o resultado do PIB em 2015 em razão das paralisações nas atividades da Petrobras e de algumas das maiores construtoras do país. Empresas como Odebrecht e Camargo Correa, além da própria estatal petrolífera, revisaram seus investimentos e contratos com parceiros e fornecedores, além de ter realizado demissões.

Também a Petrobras se viu na necessidade de visitar seu plano de investimentos do pré-sal em razão do menor preço praticado para o barril de petróleo em 2015.

Outro fator que prejudicou o desempenho da economia foi à crise política. As medidas propostas pelo Congresso que aumentavam os gastos públicos não se encaminharam como imaginava. E uma vez que a crise política agrava o clima de incertezas, existe uma inibição de investimentos.

Sobre isso, a taxa de investimento da economia brasileira em 2015, parcela que representa o investimento no total da produção, foi de 18,2% do PIB. Esse foi o menor patamar desde 2007, quando a taxa de investimento foi de 18%. O recuo nos investimentos na economia em 2015, segundo Rebeca Palis (2015), chefe da Coordenação de Contas nacionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foram influenciados pela continuidade da fraca performance da indústria de máquinas e equipamentos. Em 2015 a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF, indicativo dos investimentos produtivos), caiu 14,1% ante a 2014, sendo que no quarto trimestre de 2015, a queda foi de 4,9% ante o terceiro trimestre do ano passado.

É cabível lembrar que esse setor não engloba apenas equipamentos agrários, mas outros itens de importância na economia, como caminhões, por exemplo. E em 2015, diferentemente de períodos anteriores, não houve nenhum programa de estímulo à compra de caminhões, o que na prática ajudou a diminuir as vendas e produção do segmento.

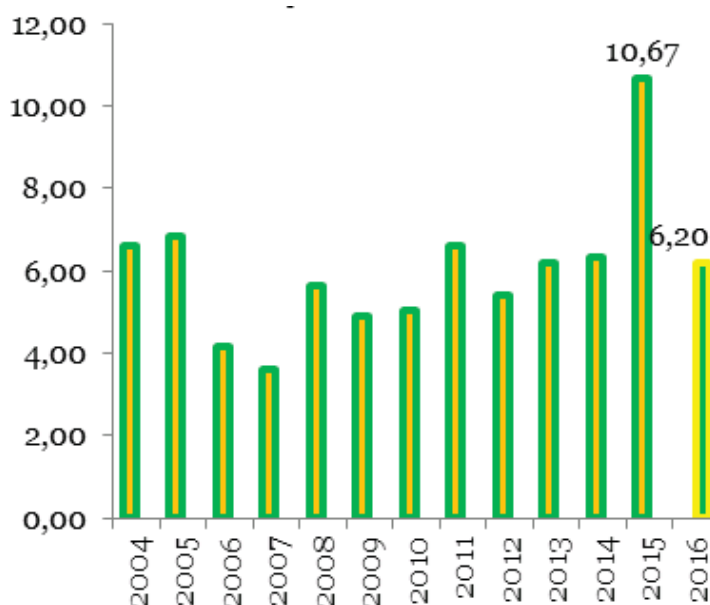
Somado a isso, o início do processo do impeachment da presidente deteriorou rapidamente as expectativas de investidores para a qual refletiu na perda do grau de investimento do Brasil, pela agência de classificação de risco Standard & Poors.

Outro ponto foi o aperto monetário. Os cortes anunciados em primeiro momento não foram suficientes para o governo atingir a meta de superávit primário, levando a sucessivas revisões da meta para 2015 com novos enxugamentos. A recessão levou a queda na arrecadação e com isso o déficit fiscal cresceu ao invés de cair e como a inflação ficou acima do esperado o Banco Central também aumentou os juros mais do que era previsto, na tentativa de conter os preços. A respeito da inflação, a Agencia Brasil (2015) publicou que a inflação oficial do país, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)¹, fechou o

¹ IPCA - É calculado pelo IBGE desde 1980, se refere às famílias com rendimento monetário de 1 a 40 salários mínimos, qualquer que seja a fonte, e abrange dez regiões metropolitanas, além dos municípios de Goiânia, Campo Grande e Brasília. No cálculo do índice de dezembro foram

último mês de 2015 com variação de 0,96%, resultado 0,05 ponto percentual abaixo da taxa de novembro (1,01%). Com o número de dezembro, o IPCA de 2015 encerrou os 12 meses do ano com alta acumulada de 10,67%, resultado 4,16 pontos percentuais acima do teto da meta inflacionária fixada pelo Banco Central, de 6,5%. A taxa de 2015 é a maior desde 2002, quando atingiu 12,53%.

GRAFICO 2 – INFLACAO ANUAL (%)



FONTE: BANCO MUNDIAL E IBGE, 2015

Também podemos destacar o estouro do que pode ser chamado de “bolha de consumo”². Até o fim do ano passado, mesmo com a economia em desaceleração, o mercado de trabalho ia bem, o que mantinha a confiança das famílias continuarem comprando. Isso ainda era fruto de medidas para estimular o consumo, como a expansão do crédito, praticadas com maior intensidade até o final de 2014.

comparados os preços coletados de 28 de novembro a 29 de dezembro de 2015 (referência) com os preços vigentes de 28 de outubro a 27 de novembro de 2015 (base).

² Bolha de consumo – Definida quando o consumo cresce muito, sem que haja condições para que essa prosperidade continue por muito tempo.

Entretanto, com o aumento do desemprego e enxugamento do crédito, o Brasil viveu a ressaca do processo. Sem a demanda que vinha sendo inflada artificialmente, a indústria e alguns setores sentiram a necessidade de reajustar a estrutura, que em muitos casos representou demissões.

Por isso o cenário externo também contribuiu significativamente para que o desempenho da economia fosse pior do que o esperado. O Fundo Monetário Internacional (FMI) revisou inúmeras vezes as expectativas de crescimento da economia global em 2015. Entre os fatores mais relevantes para o Brasil destacaram-se a queda no preço das commodities e a desaceleração chinesa. Com isso, o valor negociado das exportações brasileiras caiu, e mesmo com o real desvalorizado, as exportações para a China apresentaram recuo de quase 20% apenas no primeiro semestre de 2015 em comparação com o mesmo período de 2014.

O cenário de renda em desaceleração, mercado de trabalho enfraquecido, juros altos e inflação em níveis elevados, derrubaram o consumo e poder aquisitivo das famílias que nunca estiveram tão endividadas em seu comprometimento de renda, sobretudo com o sistema financeiro. Nas modalidades de empréstimos para pessoas físicas, a inadimplência no rotativo do cartão de crédito é o mais alto, foco deste estudo.

Diante disso neste trabalho, decorrida resumidamente a crise financeira no Brasil, abordaremos conceitos da macroeconomia, como PIB, desemprego, crise financeira, inadimplência em suas origens como parte inicial do programa, além da explicação sobre os produtos voltados especificamente a crédito para pessoa física. Na sequência, explicar o reflexo na vida dos consumidores, no que diz respeito às alterações no perfil de consumo, hábitos de pagamentos, superendividamento das famílias, como foco no rotativo do cartão de crédito, finalizando com análise dos dados.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivos gerais

Analisar a o aumento da inadimplência das pessoas físicas no cartão de crédito em razão da crise econômico financeira brasileira no ano de 2015.

1.1.2 Objetivos específicos

Caracterizar o superendividamento das famílias especificamente no uso do cartão de crédito;

Descrever os principais produtos de crédito focados em pessoas físicas;

Explanar as consequências da crise frente o aumento dos níveis de inadimplência das pessoas físicas no sistema financeiro;

Apresentar relação comparativa de hábitos de consumo e endividamento das famílias em períodos de oferta de crédito e de recessão;

1.2 METODOLOGIA

1.2.1 Tipo de Pesquisa

Para o desenvolvimento desta monografia utilizou-se pesquisa quantitativa, onde este terá como base a análise de documentos oficiais publicados por instituições financeiras, agências governamentais e privadas, que representam autoridade máxima em relação os assuntos inerentes a esta pesquisa.

Também, contará com revisões bibliográficas junto a autores que conceituam o tema, tendo como objetivo dar base à avaliação dos dados obtidos. Este tipo de pesquisa assume a forma, de acordo com Gil (2002), de uma pesquisa bibliográfica ou um estudo de caso. Neste caso o procedimento técnico que será adotado durante todo o estudo é a pesquisa bibliográfica, tendo como vantagem o fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente, isto porque ela tem por objetivo conhecer

as diferentes contribuições científicas disponíveis sobre determinado tema, conforme Gil (2002).

O método de procedimento utilizado na elaboração desta monografia, especificamente, é o histórico-educativo. Esse método possibilita a combinação de uma análise empírica de fatos históricos com a teoria econômica como forma de embasar o desenvolvimento de uma análise da economia brasileira no ano de 2015.

1.2.2 Caracterização da Organização

O Sistema de Bibliotecas (SIBI) da Universidade Federal do Paraná (UFPR), criado em 1973, é constituído por uma sede administrativa, treze bibliotecas universitárias e uma biblioteca de ensino médio.

1.2.3 Procedimentos de Coleta de Dados

O universo a ser investigado compreenderá os materiais publicados sobre o desempenho da economia brasileira nos principais jornais do Brasil, bem como, pesquisas publicadas pela SERASA Experian e pela CNC (Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo) sobre endividamento e inadimplência do Consumidor.

Após junção dos dados, a parte estatística oriunda da SERASA e da CNC geraram uma tabela com índices para o qual faremos a análise descritiva justificativa da amostra.

2 REVISÃO DE LITERATURA

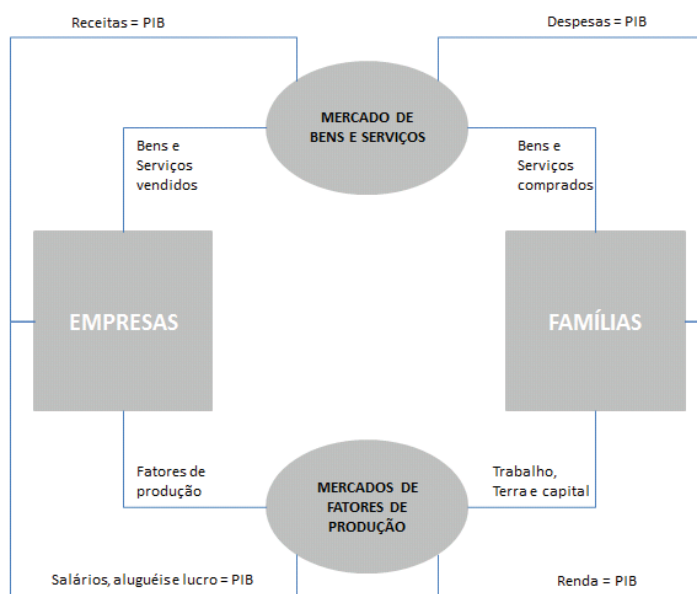
2.1 CONCEITOS DE MACROECONOMIA

2.1.1 PIB

Para esclarecer o conceito, adotaremos o exemplo utilizado por Mankiw (2007) no livro, Introdução a Economia, tradução da terceira edição norte americana. Se fossemos julgar a situação econômica de uma pessoa, perceberíamos essencialmente através de sua renda. De forma que, uma pessoa com renda elevada tem mais facilidade para pagar por bens e supérfluos que existem. Logo, desfrutam de melhor padrão de vida. O mesmo racional é utilizado à economia de um país. Neste julgamento, é natural examinar a renda total obtida por todos os membros da economia. Essa é a função do PIB. (MANKIW, 2007, p. 500)

Mankiw diz (2007, p. 502), que o PIB resumidamente, é o valor de mercado de todos os bens e serviços finais produzidos em um país em um dado período de tempo.

FIGURA 1 – TRANSACOES ENTRE FAMILIAS E EMPRESAS – SIMPLIFICADO



FONTE: ADAPTADO DE MANKIW, 2007

O diagrama acima descreve de forma simplificada todas as transações que envolvem famílias e as empresas de uma maneira simplificada. Nesta economia, famílias compram bens e serviços das empresas; essas despesas fluem através do mercado de bens e serviços. As empresas, por sua vez, usam o dinheiro que recebem pelas vendas para pagar os salários aos trabalhadores, alugueis aos proprietários de terras e lucros aos proprietários das empresas; essa renda flui através dos mercados de fatores de produção.

A economia real é mais complicada do que a representada no quadro acima, naturalmente. Pois, em particular, as famílias não gastam toda a renda. Elas entregam parte ao governo sob a forma de impostos e poupam parte para algum uso futuro. Além disso, as famílias não compram todos os bens e serviços produzidos na economia. Parte é comprada pelo governo e outros são comprados por empresas que planejam usá-los no futuro para produzir seus produtos.

O PIB tenta ser abrangente. Considera todos os itens produzidos na economia e vendidos legalmente no mercado, incluindo tanto bens tangíveis (alimento, vestuário, carros) quanto os serviços intangíveis (faxina, consultas médicas, etc). Entretanto, há alguns produtos que o PIB exclui por serem de difícil mensuração (o PIB desconsidera todos os itens produzidos e vendidos ilegalmente, como por exemplo, drogas ilegais).

A fim de estressar o assunto para melhor entendimento, abaixo analisaremos individualmente os componentes de formação do PIB:

2.1.1.1 Consumo

O consumo, segundo Mankiw (2007, p. 505) é a despesa das famílias em bens e serviços. Os bens incluem as despesas das famílias em bens duráveis, como carros e eletrodomésticos e bens não duráveis, como alimento e vestuário. Os serviços incluem itens intangíveis, como cortes de cabelo e saúde. As despesas das famílias em educação também são incluídas no consumo de serviços (embora seja possível argumentar que elas não se encaixem melhor no próximo item).

2.1.1.2 Investimento

O investimento é a compra de bens que serão usados no futuro para produzir mais bens e serviços. É a soma das compras de bens de capital, estoques e estruturas. (MANKIW, 2007, p. 505)

O investimento em estruturas inclui despesas em imóveis residenciais novos. Por convenção, a compra de uma casa nova é a única forma de categoria de despesa das famílias, classificada como investimento, e não consumo.

2.1.1.3 Compras do Governo

As compras do governo contemplam despesas em bens e serviços dos governos locais, estaduais e federais, incluindo os salários dos funcionários e governo e as despesas em obras públicas. (MANKIW, 2007, p. 506)

É cabível lembrar que quando o governo paga um benefício da Seguridade Social a um idoso, esta despesa é chamado de *pagamento de transferência* porque não é realizado em troca de um bem ou serviço produzido correntemente na economia e como o PIB tem por objetivo medir a renda e as despesas ligadas à produção de bens e serviços, os pagamentos de transferências não são contados como parte das compras do governo.

2.1.1.4 Exportações Líquidas

As exportações líquidas são iguais às compras, por parte dos estrangeiros, de bens produzidos internamente (exportações) menos as compras internas de bens estrangeiros (importações). (MANKIW, 2007, p. 506)

O termo “líquida” refere-se ao fato de que as importações são subtraídas das exportações, que acontece porque as importações de bens e serviços são incluídas em outros componentes do PIB.

2.1.2 Desemprego

Desemprego alude à falta de trabalho, sendo um indivíduo que faz parte da população ativa e que está a procura de emprego embora sem sucesso. A palavra desemprego tem como sinônimo, desocupação e ainda, pode ser entendido de quatro formas: cíclico, estacional, friccional e estrutural. (MANKIWI, 2007, p. 607)

Cíclico - consiste na falta de trabalho durante um momento de crise econômica. Trata-se, em geral, de períodos não muito extensos em termos de tempo e que se revertem a partir do momento em que se registam sinais de melhoria na economia;

Estacional - surge pela flutuação estacional da oferta e da procura. O setor da agricultura ilustra claramente esta situação de desemprego: em épocas de colheita, aumenta a oferta de trabalho e o desemprego diminui; nos restantes meses do ano, a situação inverte-se.

Friccional – também chamado de desemprego de transição ou de mobilidade, ocorrendo quando o empregado e a entidade patronal não chegam a acordo. Se as condições de trabalho ou remuneratórias não corresponderem às expectativas do trabalhador, este se demite e parte à procura de outro emprego. É uma forma provisória de desemprego e que tende a ser constante.

Estrutural - É o mais grave, tendo em conta que corresponde a um desajuste técnico entre a procura e a oferta de trabalhadores (mão-de-obra disponível no mercado). Muitas das vezes, os postos de trabalho necessários para a estabilidade da economia são inferiores à quantidade de pessoas que procuram emprego e que precisam trabalhar para se sustentar. Esta situação exige a intervenção do Estado para solucionar o desequilíbrio.

Mankiw (2007) explica que o desemprego precisa ser entendido através de algumas questões, sendo elas: Como o Governo mede a taxa de desemprego da economia? Quais os problemas que surgem na interpretação dos dados da taxa de desemprego? Porquanto tempo o desempregado típico permanece sem trabalho?

No Brasil, o IBGE é quem mede a taxa de desemprego. Ele realiza trimestralmente a avaliação da situação de emprego no país. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua visa produzir informações sobre a inserção da população no mercado de trabalho associada a características demográficas e de educação, e também para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do país. Com base nas respostas, o órgão coloca cada adulto de cada família pesquisa em uma das três categorias:

- Empregado
- Desempregado
- Fora da força de trabalho

Para Mankiw (2007) uma pessoa é considerada empregada se trabalhou parte da semana anterior em um emprego remunerado. Desempregada se estiver demitida temporariamente, se estiver a procura de emprego ou se estiver aguardando para iniciar algum trabalho dentro de 30 dias. Uma pessoa que não se enquadre em nenhuma das categorias, como estudantes em tempo integral, donas de casa ou aposentados, está fora da força de trabalho.

Medir o desemprego de uma economia não é uma tarefa fácil. Embora seja fácil distinguir uma pessoa com emprego em tempo integral e outra que não esteja trabalhando, é muito mais difícil distinguir entre uma pessoa que esteja desempregada e outra que esteja fora da força de trabalho (MANKIW, 2007).

Os movimentos de entrada e saída de força de trabalho são, de fato, muito comuns. Como as pessoas entram e saem da força de trabalho com muita frequência as estatísticas de desemprego são difíceis de interpretar. Por um lado algumas das pessoas que afirmam estar desempregadas podem não estar na busca de trabalho. Por outro lado alguns dos que informam estar fora da força de trabalho podem de fato, querer um emprego. Essas pessoas, chamadas conforme Mankiw (2007) de *trabalhadores desalentados*, não são mostradas nas estatísticas de desemprego, embora sejam trabalhadores sem emprego.

Como a duração do desemprego pode afetar nossa visão a respeito da gravidade do problema, os economistas dedicam grandes esforços ao estudo de dados sobre a duração dos períodos de desemprego.

Ainda há muita divergência entre os estudiosos em relações aos aspectos mais importantes que explicam a taxa natural de desemprego, entre a procura de emprego, legislação do salário mínimo, sindicatos e salários de eficiência.

O fato é que embora a economia vá sempre apresentar algum desemprego, sua taxa natural não é imutável. Muitos fatos e políticas podem alterar o nível de desemprego que a economia costuma apresentar. Enquanto a revolução da informação muda o processo de procura de emprego, enquanto o Congresso ajusta o salário mínimo, os trabalhadores formam ou abandonam sindicatos e as empresas alteram sua confiança nos salários de eficiência, a taxa natural de desemprego se expande, não sendo algo simples com decisão simples. Mas a maneira como optamos por organizar nossa sociedade pode influenciar profundamente a abrangência do problema.

2.1.3 Inflação

Inflação no dicionário significa inchaço. A taxa de inflação é o aumento do nível de preços. Ou seja, é a medida do crescimento dos preços de um conjunto de bens e serviços em um determinado período. A maioria dos economistas utiliza essa teoria para explicar os determinantes de longo prazo do nível de preços e da taxa de inflação (MANKIWI, 2007).

A inflação, relata Mankiw (2007) é um fenômeno econômico abrangente que diz respeito, em primeiro lugar, ao valor do meio de troca da economia. O nível de preços geral da economia pode ser visto de duas maneiras. Quando o nível de preços aumenta, as pessoas precisam pagar mais pelos bens e serviços que comprar. Alternativamente, podemos ver o nível dos preços como uma medida do valor da moeda. Um aumento no nível dos preços significa uma redução no valor da moeda porque cada real que você tem na carteira, compra um valor menor de bens e serviços.

Seguindo, é preciso considerar os determinantes da oferta e da demanda da moeda. Primeiramente consideraremos a oferta da moeda. O controle da oferta de moeda é realizado pelo banco central de diferentes formas, sendo a compra e venda

de obrigações do tesouro nacional, num mercado de carácter aberto, a mais comum. (MANKIW, 2007).

Quando o banco central decide reduzir a taxa de juros, a oferta de moeda deve ser aumentada e a operação de mercado utilizada é a compra de obrigações do tesouro nacional. Comprando esses ativos dos bancos, o banco central está, efetivamente, a fornecer moeda à economia, logo, a taxa de juros diminui. Logicamente, para aumentar a taxa de juros, a oferta de moeda deve ser reduzida e a operação de mercado utilizada é a venda de obrigações do tesouro nacional. Vendendo esses ativos aos bancos, o banco central está, na verdade, reduzindo a quantidade de moeda na economia aumentando assim a taxa de juros, denominando uma política monetária contracionista. (MANKIW, 2007).

No Brasil, tem-se a moeda fiduciária e o responsável pelo controle da oferta é o Banco Central. Ele figura como único emissor de moeda nacional, tendo a responsabilidade de zelar pela quantidade de moeda nacional em circulação.

Segundo Mankiw (2007), a quantidade de moeda disponível na economia determina o nível de preços e que a taxa de crescimento na quantidade determina a taxa de inflação. O efeito imediato da injeção de moeda é criar um excesso de oferta de moeda e a demanda por bens e serviços. Entretanto a capacidade da economia em ofertar bens e serviços, não foi alterada, que é determinada pela disponibilidade de trabalho, capital físico, humano, recursos naturais, além de conhecimento tecnológico.

Portanto, a maior demanda por bens e serviços faz com que os preços dos bens e serviços aumentem. O aumento no nível de preços, por sua vez, eleva a quantidade de moeda demandada porque as pessoas necessitam de mais dinheiro para cada transação. Finalmente, a economia atinge um novo equilíbrio em que a quantidade de moeda demandada novamente é igual à quantidade de moeda ofertada. Dessa forma o nível geral de preços dos bens e serviços, ajusta-se para trazer a oferta e a demanda da moeda para o equilíbrio.

Por fim, Mankiw (2007) resume a explanação da inflação, conforme itens abaixo:

- A velocidade da moeda é relativamente estável ao longo do tempo;

- Como a velocidade é estável, quando o Banco Central altera a quantidade de moeda, ele causa alterações proporcionais no valor nominal da produção;
- A produção de bens e serviços da economia é determinada, principalmente, pela oferta de fatores e pela tecnologia de produção disponível. E particular, como a moeda é neutra, ela não afeta a produção;
- Sendo a produção determinada pela oferta de fatores e pela tecnologia, quando o Banco Central altera a oferta de moeda, e induz alterações proporcionais no valor nominal de produção, existe reflexo em alteração nos níveis de preço;
- Portanto, quando o Banco Central aumenta rapidamente a oferta de mercado, o resultado é uma alta taxa de inflação.

2.2 LINHAS DE CREDITO PARA PESSOAS FISICAS

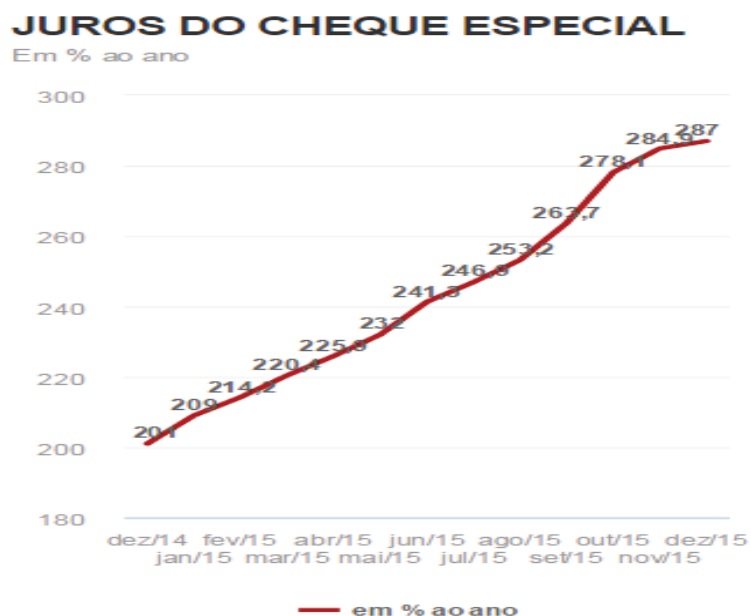
A seguir, temos detalhamento das principais linhas de crédito disponíveis no mercado voltadas a pessoas físicas.

2.2.1 Cheque especial

O cheque especial, segundo o site Portal Brasil (2009) é basicamente um contrato entre um banco e um consumidor para que tenha disponível um crédito de um determinado valor vinculado à conta bancária, que, na hipótese de ser utilizado, deverá ser devolvido acrescido de juros e outros encargos.

Ao final de 2015 os juros médios cobrados pelos bancos nessas operações atingiram 287%, conforme publicado pelo Banco Central (2015), o maior patamar desde o início da serie histórica – julho de 1994. Este produto, somado ao cartão de crédito, praticam os juros mais altos do mercado.

GRÁFICO 3 – JUROS DO CHEQUE ESPECIAL



Fonte: BC, 2015

FONTE – BANCO CENTRAL, 2015

2.2.2 Empréstimo Pessoal

É denominado crédito pessoal, um serviço de financiamento prestado pelos bancos, adquirindo por uma entidade financeira e direcionado a compra de bens de consumos e/ou outros produtos, incluindo imóveis permanentes. Ao ser autorizado o crédito pessoal, o valor financiado é enviado em uma conta corrente ou entregue ao cliente via cheque nominal, e não há necessidade de especificar a finalidade de aplicação do dinheiro.

Em muitos casos os órgãos que oferecem esse serviço, só liberam o crédito via análise cadastral e se o cliente apresentar alguma garantia, avais, fiadores, caução, consignação em folha de pagamento, assegurando aos bancos, Financeiras ou Cooperativas de crédito que o dinheiro que está sendo financiado será pago.

Ainda, algumas instituições estabelecem um limite de crédito para realizar o empréstimo pessoal já pré-aprovado aos clientes, que pode ser liberado a qualquer momento, bastando apenas a contratação do crédito, seja por telefone ou Internet, sendo que na segunda também está disponível a simulação de crédito, para que seja possível saber quanto é que vai pagar de juros nas parcelas, entre outras informações.

Normalmente o cliente terá um prazo específico para pagar o dinheiro que foi financiado no empréstimo pessoal, este é determinado pelo órgão financeiro que estiver liberando o crédito, sendo que o prazo pode variar de 24 a 72 meses/parcelas.

Ao não realizar o pagamento das parcelas que foram aceitas no contrato as consequências geradas não são tão favoráveis ao contratante e nas liberações para aquisição de casa, imóveis em geral ou até mesmo carros, a instituição financeira pode penhorá-los, pois o cliente passou a ser devedor por não realizar os pagamentos.

Segue abaixo tabela comparativa de taxas de juros para empréstimo pessoal em 2015 das principais instituições financeiras do país, apenas para uma ideia de comparativo, elaborada pelo Procon.

TABELA 1 – COMPARATIVO DA TAXA DE JUROS DO EMPRÉSTIMO PESSOAL
2015

BANCOS	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	TAXA MÉDIA ANUAL POR BANCO
	Banco do Brasil	5,07%	5,11%	5,11%	5,15%	5,25%	5,25%	5,46%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%
Bradesco	6,49%	6,53%	6,57%	6,57%	6,57%	6,57%	6,57%	6,57%	6,57%	6,61%	6,61%	6,61%	6,57%
Caixa Econômica Federal	3,91%	4,04%	4,04%	4,04%	4,40%	4,27%	4,60%	4,60%	4,80%	4,80%	5,00%	5,00%	4,46%
HSBC	6,39%	7,30%	7,30%	7,30%	7,30%	7,30%	7,30%	7,30%	7,30%	7,30%	7,30%	7,30%	7,22%
Itaú	6,22%	6,22%	6,22%	6,22%	6,26%	6,26%	6,26%	6,26%	6,26%	6,26%	6,43%	6,43%	6,28%
Safra	5,40%	5,40%	5,40%	5,40%	5,40%	5,40%	5,40%	5,40%	5,40%	5,40%	5,40%	5,40%	5,40%
Santander	7,49%	7,49%	7,49%	7,49%	7,49%	7,99%	7,99%	7,99%	7,99%	7,99%	8,49%	8,49%	7,87%
TAXA MÉDIA ANUAL DOS BANCOS													6,16%

Datas das Coletas: 06/01/15, 03/02/15, 03/03/15, 02/04/15, 05/05/15, 01/06/15, 02/07/15, 03/08/15, 02/09/15, 02/10/15, 03/11/15, 02/12/15.

FONTE – PROCON, 2015

2.2.3 Cartão de Crédito

Cartão de crédito é uma forma de pagamento eletrônico. É um cartão de plástico que pode conter ou não um chip e apresenta na frente o nome do portador, número do cartão e data de validade, e no verso, um campo para assinatura do cliente com respectivo número de segurança e tarja magnética. Por meio dele, o emissor (normalmente um banco) oferece um limite de crédito ao consumidor para que ele faça pagamentos e compras de bens e serviços. Cabe ressaltar que não há necessidade de ser correntista em um banco para ter o cartão de crédito.

De acordo com a renda de cada um, é estipulado um limite de crédito, determinando o limite máximo que o cliente pode gastar. O valor das compras não deve ultrapassar o limite pré-estabelecido pelo emissor, definido a partir da análise de vários fatores, tais como salário ou renda mensal. No caso de compras parceladas, as parcelas a vencer comprometerão o limite total que será restabelecido à medida que são pagas as prestações. No momento da contratação do serviço, o usuário deve solicitar uma cópia do contrato e da tabela com as tarifas e CET (Custo Efetivo Total, que abrange todas as taxas e encargos cobrados pelo cartão) vigentes.

Ainda em relação ao cartão de crédito é importante frisar, que através da Resolução CMN 3.919/2010, o Banco Central definiu cinco tipos de tarifas de cartão de crédito básico, sendo:

Anuidade: cobrada uma vez a cada doze meses, que pode ser paga em única parcela ou fracionada durante o ano;

Avaliação emergencial de crédito: cobrada quando o cliente realiza gastos acima do limite disponível do cartão

Pagamento de contas: cobrada quando o cliente usa o cartão para pagar faturas e boletos de cobranças de produtos e serviços tais como água, luz, tributos etc.

Saque: a tarifa é cobrada no caso do saque em dinheiro por meio do cartão de crédito em canais de atendimento no Brasil ou no exterior;

Segunda via do cartão: cobrada para a confecção e emissão de um novo cartão, para pedidos de reposição por perda, roubo, furto, etc.

Além disso, o emissor do cartão poderá cobrar tarifas por serviços diferenciados que o cliente venha a pedir, tais como envio de mensagem automática quando o cartão for utilizado.

Uma vez por mês, o cliente paga à instituição financeira o valor que utilizou, ou seja, o dinheiro que usou para fazer compras ou pagar contas. A fatura deve ser paga até a data de vencimento, restabelecendo o limite de crédito. O cliente pode optar pela melhor data de vencimento do cartão. Para pagamentos pontuais, as instituições não cobram juros e normalmente, os gastos feitos entre cinco e dez dias antes da data do vencimento ficam para a fatura do mês seguinte.

2.2.4 Crédito Consignado

Nesta modalidade de empréstimo oferecido pelo empregador através de convênio com um banco, o funcionário recebe o dinheiro direto na conta corrente, já descontado na folha de pagamento. As taxas de juros, número e valor das parcelas são definidas pelas empresas e em geral são mais atrativas que as praticadas pelo empréstimo pessoal, pois mesmo comprometendo o salário não há "manobra" para não pagar o empréstimo em caso de dificuldade financeira. Está ainda é uma modalidade que possibilita a aprovação do empréstimo, mesmo com nome negativado.

Para contratar a linha de crédito consignado, o trabalhador deve primeiro confirmar com a empresa ou órgão público em que trabalha se ela tem convênio com o banco que irá administrar a folha de pagamento.

Caso o trabalhador seja desligado da empresa enquanto paga prestações de consignação, o empregador irá reter 30% do valor da rescisão do contrato para o pagamento da dívida. Assim, dependendo do convênio, as prestações ficam menores.

2.2.5 Refinanciamento Imobiliário

Nessa modalidade, o consumidor dá um imóvel como garantia para tomar um empréstimo. Apesar dos juros baixos em comparação a empréstimo pessoal, o comprador pode perder o imóvel, caso não consiga pagar as prestações e nem renegociar a dívida, já que a financiadora fica como proprietária da casa enquanto o saldo devedor não é inteiro quitado, como acontece nas hipotecas.

Sobre o refinanciamento imobiliário, o professor de finanças Jurandir Macedo afirma que é "uma última corda para os superendividados pendurarem no pescoço". Seu uso, porém, pode ser bom para levantar dinheiro para reformar a casa ou custear o estudo dos filhos, apesar dos riscos que a operação envolve.

2.2.6 Crédito Educacional (PROUNI)

O Programa Universidade para Todos (ProUni) do governo oferece bolsas de estudo de 50% a 100% do valor da mensalidade para estudantes de graduação vindos de famílias de baixa renda que tiverem as melhores notas no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Os alunos de famílias que ganham até 1,5 salário mínimo por pessoa podem conseguir bolsa integral, e as que recebem até três mínimos por pessoa têm direito a receber bolsas de 50%.

Caso não tenha condições de pagar os outros 50% que a bolsa não cobre, o estudante pode financiá-los pelo Programa de Financiamento Estudantil (Fies). Segundo o Ministério da Educação, a taxa de juros do financiamento é de 3,4% ao ano, para todos os cursos.

Também pode receber mais uma bolsa quem faz cursos que receberam conceito quatro ou cinco na edição mais recente do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade).

Se o aluno não tiver nenhuma bolsa complementar na instituição em que estuda, o Fies financia até 75% do valor, para cursos prioritários, e até 50% para os demais.

O Fies exige que o aluno tenha um fiador, que terá que possuir renda de no mínimo o mesmo valor da parcela mensal do curso, para quem já tem uma bolsa do ProUni, ou de no mínimo o dobro da parcela, caso seja um aluno pagante regular, sem outra bolsa.

Mas não é necessário fiador se a instituição de ensino tiver convênio com o Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (Fgeduc). Nesse modelo, em que o próprio fundo assume o papel de fiador, podem pedir financiamento bolsistas do ProUni e estudantes de licenciatura com renda familiar per capita de até 1,5 salário mínimo.

O pagamento do Fies funciona da seguinte forma: enquanto faz o curso, o estudante paga R\$ 50 em juros sobre o financiamento a cada três meses. Depois de formado, tem 18 meses de carência, período em que pagará novamente, a cada três meses, R\$ 50 de juros. Findo esse prazo, o estudante pagará o restante em até três vezes o período que financiou o curso, mais 12 meses.

Vale comentar que o Fies interrompe o financiamento se o estudante não tiver obtido, no último período letivo que cursar sob financiamento, um aproveitamento de 75% das disciplinas. Se ele mudar de curso após 18 meses de ingresso no financiamento, também pode perder a bolsa.

2.3 SUPERENDIVIDAMENTO DAS FAMILIAS

As alterações sociais e econômicas notadas no Brasil, especificamente nos últimos 20 anos, impulsionadas pelas evoluções tecnológicas e de comunicação de massa, incrementaram o comportamento do consumidor. O acesso ao crédito fomenta o desenvolvimento da economia e viabiliza a contratação de serviços e a aquisição de bens duráveis, em especial, a moradia. A democratização do crédito, no entanto, associada à assimetria dos poderes sociais e à falibilidade das informações inerentes especialmente às relações contratuais, vem potencializando a vulnerabilidade do consumidor – fato esse claramente observável no crescente

número de inadimplementos e no superendividamento das famílias. (LOPES JUNIOR, 2015)

O professor Antônio José Maristrello (2015) destaca em sua obra “Superendividamento no Brasil”:

para a economia clássica a facilitação deste acesso é considerada importante para o crescimento econômico, além de contribuir para um melhor bem-estar econômico. [...] No entanto, esse endividamento natural pode ganhar outra dimensão mais complexa e perversa denominada superendividamento. No Brasil, embora a expansão do crédito tenha elevado o status social de algumas pessoas, já existem estudos a indicar que parcela desses consumidores sofre os reveses desta condição [...].

Percebe-se que o acesso ao crédito e a sua utilização estão crescendo mais rápido do que a renda dos indivíduos, refletindo na elevação da taxa de endividamento e a baixa qualidade dos empréstimos. Os benefícios do crédito são inegáveis, em geral, relacionados ao acesso ampliado a bens e serviços, bem como à possibilidade de novos negócios. Em contraponto, para segundo plano, deixam-se o custo e os riscos que precisam ser enfrentados, tais como: altas taxas de juros; possibilidade de inadimplemento; tentativas de contornar crises no orçamento doméstico, gerando a perpetuação do endividamento e a adesão a modalidades de crédito com juros exorbitantes e, por vezes, impagáveis. (LOPES JUNIOR, 2015)

Como definição, o superendividamento é explicado, segundo Cláudia Lima Marques (2010): como a impossibilidade global do devedor-pessoa física, consumidor, leigo e de boa-fé, de pagar todas as suas dívidas atuais e futuras de consumo (excluídas as dívidas com o Fisco, oriundas de delitos e de alimentos) em um tempo razoável com sua capacidade atual de rendas e patrimônio.

Muitos artigos e pesquisas vêm demonstrando que não há um perfil social definido para o superendividamento e que os cidadãos sem distinção de sexo, raça, religião, estrato social, nível de escolaridade, profissão, entre outros, estão sujeitos ao fenômeno. Parte da literatura classifica o superendividamento em dois tipos: ativo e passivo. O primeiro ocorre quando há voluntariedade no endividamento em virtude

de má gestão financeira, onde as dívidas superam à capacidade de pagamento. No segundo, os débitos decorrem de acidentes da vida, adoecimento do provedor e/ou familiar, desemprego, divórcio, nascimento não programado etc. Tal classificação dá visibilidade à complexidade do fenômeno, descortinando fatores normativos, econômicos, sociais e psicológicos nele envolvidos. E essa complexidade fomenta reflexões a respeito das suas principais causas e, conseqüentemente, dos indicadores necessários à formalização de ações direcionadas a sua prevenção e ao seu tratamento.

Uma vez que se trata de um fenômeno multicausal, é possível definir estratégias distintas, perpassando por ações de caráter coletivo ou individual. Nesse sentido, Lima (2010, p. 44) afirma que a solução para o superendividamento não é apenas jurídica e que o fenômeno encontra conseqüências multidisciplinares, pois atinge não apenas o indivíduo como também sua família e seu ambiente de trabalho.

2.4 HÁBITOS DE CONSUMO

Hábito de consumo é a análise de comportamento. O comportamento do consumidor é o estudo do quando, por que, como e onde as pessoas escolhem comprar ou não um produto; combina elementos da psicologia, sociologia, economia e antropologia social e tenta compreender o processo de tomada de decisão do comprador, tanto individualmente como em grupo; estuda as características dos consumidores individuais, através de variáveis demográficas e comportamentais, numa tentativa de compreender os desejos das pessoas. Também avalia a influência sobre o consumidor de grupos, como a família, amigos, grupos de referência e a sociedade em geral. (JORNAL DA ECONOMIA, 2013) O conhecimento das variáveis de influência sobre o comportamento de compra é importante para que os empresários qualifiquem os seus produtos e serviços, considerando efetivamente os desejos e as necessidades do consumidor e orientando as suas ofertas para o mercado.

Portanto, os consumidores encontram-se mais envolvidos e dispostos a vivenciar todas as etapas do processo de decisão. De acordo com Richers (1984,

p.49), caracteriza-se o comportamento do consumidor pelas atividades mentais e emocionais realizadas na seleção, compra e uso de produtos ou serviços para satisfação de necessidades e desejos. Para Kotler (1998), a personalidade é uma variável importante para análise do comportamento do consumidor. Para Kotler e Keller, uma vez que o propósito do marketing se centra em atender e satisfazer as necessidades e os desejos dos consumidores torna-se fundamental conhecer o seu comportamento de compra, influenciado por fatores culturais, que exercem a mais ampla e profunda influência sobre os consumidores, e ainda os fatores sociais, cuja posição social acaba por influenciar o comportamento de compra pessoal e psicológico (RICHERS, 1984)

Aplicando o conceito aos dias de hoje, é percebido através da pesquisa publicada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) de 2015, que o aprofundamento da crise econômica levou os brasileiros alterarem suas a usarem mais os serviços públicos. Da amostra estudada, quase metade (48%) passou a usar mais transporte público, 34% deixaram de ter plano de saúde e 14% mudaram seus filhos da escola privada para a pública. (GLOBO, 2015).

Além disso, 24% das pessoas tiveram que vender bens para pagar dívidas e 19% mudaram de casa para reduzir o custo com habitação. A turbulência econômica também afetou as escolhas dos consumidores, que passaram a trocar produtos por similares mais baratos (78%), a esperar as liquidações para comprar bens de maior valor (80%), e a poupar mais para o caso de necessidade (78%). (GLOBO, 2015)

A crise está afetando toda a população brasileira. As medidas mais simples, relacionadas ao consumo, ocorrem em todas as faixas de renda, mas as medidas mais extremas, como mudar de casa, são tomadas principalmente pelas famílias de menor renda.

O critério emprego também tem impactado. Mais da metade da amostra analisada, relatou algum membro da família ficou sem emprego. O volume é maior que o verificado na pesquisa anterior, de 44%. Com isso, o medo do desemprego é cada vez maior. Um total de 80% dos entrevistados revelam preocupação, muito ou pouco, em perder o emprego, ficar sem trabalho ou ter que fechar o negócio nos próximos 12 meses e 84% se preocupam em perder o atual padrão de vida. Mais da

metade dos brasileiros (56%) buscam trabalho extra para complementar a renda. (GLOBO, 2015)

Ainda de acordo com a pesquisa, os brasileiros percebem piora na situação econômica do país. Para 71% das pessoas, o cenário do Brasil está ruim ou péssimo. Em junho de 2015, o percentual era menor, de 66%, e em 2013, de 21%. Mas para 73% das pessoas, a crise chegou ao fundo do poço e 43% acreditam que a economia estará melhor em 12 meses. (GLOBO, 2015)

3. ANÁLISE DE RESULTADOS

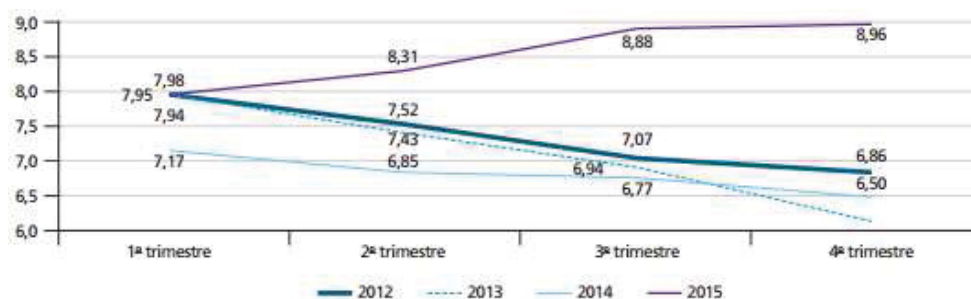
Este capítulo apresenta uma análise dos principais indicadores que refletem os motivos para o aumento da inadimplência das famílias, com foco, no cartão de crédito para o ano/exercício de 2015. Inicialmente trataremos os índices sobre a retração no rendimento médio das famílias brasileiras. Seguindo, analisaremos o aumento expressivo da taxa do cartão de crédito ao longo dos anos, passando a menor oferta de crédito aos consumidores, especificamente para as pessoas físicas, encerrando a análise com os índices de inadimplência das famílias, ainda em 2015.

3.1 ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO EM 2015

Para referenciar o desempenho dos últimos anos, utilizaremos os indicadores da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Pnad/IBGE). Como complemento, ainda farão parte deste item dados e informações da Pesquisa do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTPS).

A taxa de desemprego encerrou 2015 em 9,0% conforme abaixo (GRAFICO 4), representando elevação de 2,50 p.p. em relação ao quarto trimestre de 2014.

GRÁFICO 4 – TAXA DE OCUPAÇÃO (em %)

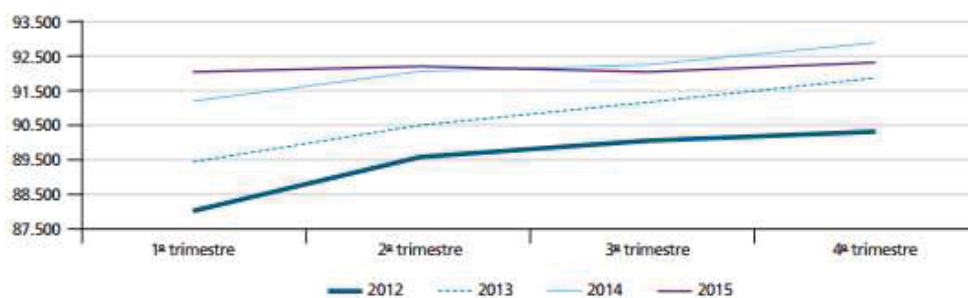


FONTE: PNAD/ IBGE, 2015

Em resumo, existe um forte aumento na taxa de desemprego, com maior força entre algumas faixas da população, quando analisada no detalhe. Os grupos mais atingidos ao que consta parece ser os jovens, moradores da região Sudeste e as pessoas com nível intermediário de educação, que apesar de possuírem ensino fundamento, não concluíram o médio, conforme relata a pesquisa.

Além disso, a taxa de ocupação da população ocupada nos últimos anos apresentou forte recuo em 2015. Diferente do padrão de crescimento visualizado períodos anteriores, o terceiro e quarto trimestres do ano anterior apresentaram forte retração frente aos mesmo períodos do ano de 2014, por exemplo. Com esse resultado a população ocupada passou de 92,7 milhões para 92,2 milhões entre 2014 e 2015 respectivamente (GRAFICO 5)

GRAFICO 5 - NÚMERO DE OCUPADOS (em milhares)

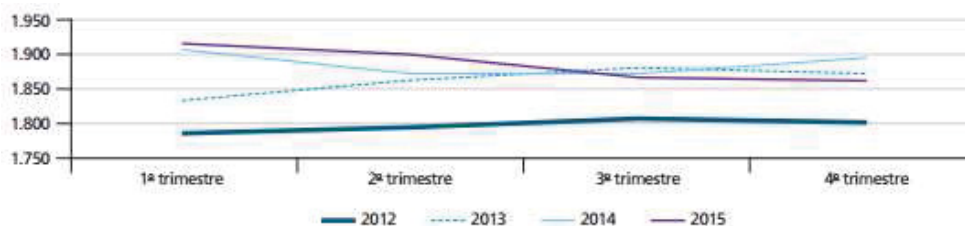


FONTE: PNAD/IBGE, 2015

Em face do exposto acima, somado as demissões voluntárias e involuntárias de todo o período de 2015 acrescidas de uma menor contratação em razão do período conturbado que a economia sofreu em 2015, a média do rendimento do trabalhador apresentou recuo. Na média anual de 2015 o rendimento real habitual recibo ficou em R\$ 1.887,00, quase o mesmo valor de 2014, quando registrou média de R\$ 1.888,00. Entretanto vale lembrar, que os dois primeiros trimestres de 2015 se mantiveram ainda estáveis comparados ao ano anterior, sendo que nos dois trimestres seguintes o cenário foi de redução sucessiva e mesmo quando

comparados a 2012 ou 2013 por exemplo, o resultado do último ano, ficou abaixo (GRAFICO 6)

GRAFICO 6 – RENDIMENTO MÉDIO HABITUAL NO TRABALHO PRINCIPAL (em R\$)



FONTE: PNAD/IBGE, 2015

Essa redução pode ser justificada pela alteração na composição dos empregados, como por exemplo, aos que passaram a trabalhar na informalidade. Neste segmento a faixa de remuneração é menor e influencia na média. Além disso, a própria rotatividade dos postos de trabalho, pode também alterar o cálculo da média referente a massa de rendimento.

Após uma sintética análise do diagnóstico do mercado de trabalho, especificamente sobre o ano de 2015, os principais indicadores de avaliação apresentam situação de preocupação. A taxa de desemprego apresentou aumento expressivo, combinada com redução no nível de rendimento gerando aumento do trabalho informal. Houve uma menor oferta para novos postos de trabalhos e pode-se dizer que a qualidade dos postos de trabalho pioraram mês a mês sobre o aspecto de informalidade e rendimento.

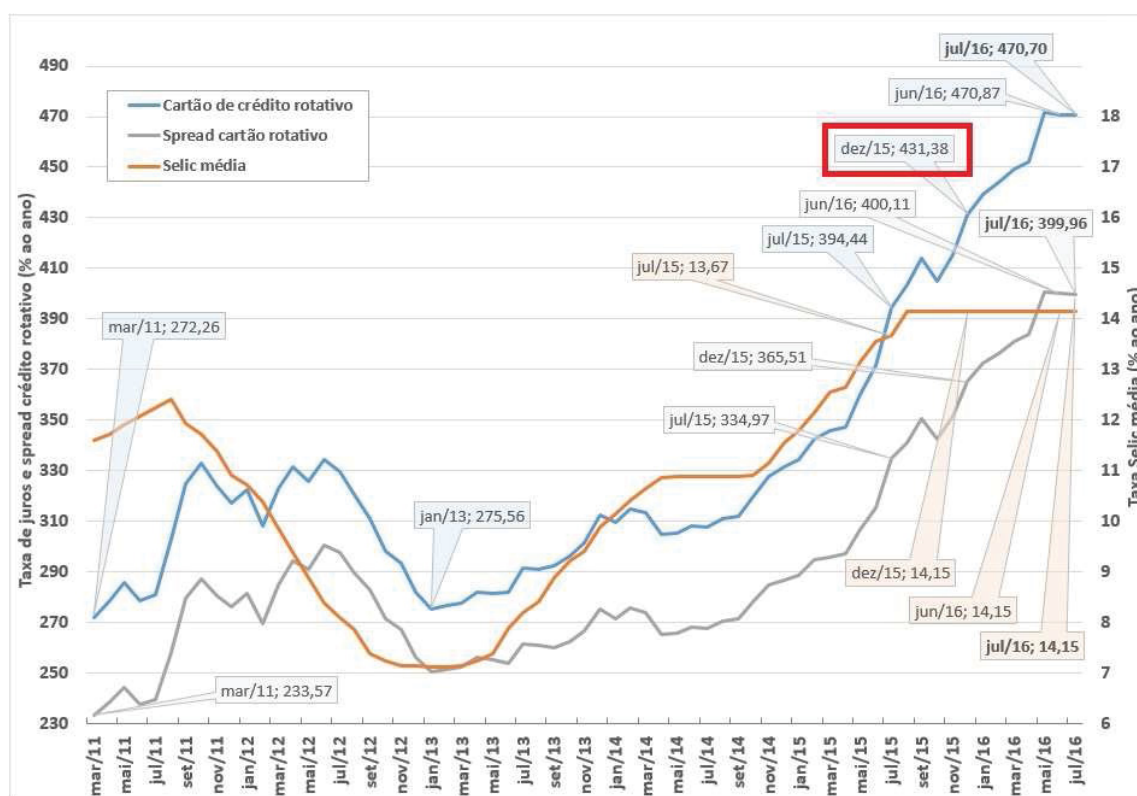
3.2 Análise das Taxas do Cartão de Crédito

Os juros médios cobrados pelas instituições financeiras nas operações com o cheque especial atingiram o maior nível em 20 anos, em 2015. A taxa do rotativo do cartão de crédito ultrapassou a marca dos 400% ao ano. Por isso, os brasileiros que

vinham utilizando com maior frequência o cartão de crédito desde 2014, época em que houve por parte do Governo incentivos ao consumo e maior oferta de crédito, se viram durante 2015 mais endividados tanto com o parcelamento e rotativo do produto (modalidade na qual o cliente paga um valor mínimo da fatura), uma vez que as taxas do uso do mesmo ao longo de 2015 foram ajustadas conforme as oscilações do mercado.

A baixo temos a relação das taxas desde 2011 para acompanhamento, com destaque ao Cheque Especial, Rotativo do Cartão de Crédito em relação as alterações da SELIC, conforme informações do Banco Central, publicadas pelo site Minhas Economias (GRAFICO 7).

GRAFICO 7 – TAXA DE JUROS: CHEQUE ESPECIAL, CARTAO DE CREDITO E SELIC



FONTE: Minhas Economias, 2015

Os juros cobrados durante 2015, como perceptíveis no gráfico acima, foram os maiores desde o início da série histórica em 2011, atestando ser a modalidade de crédito à pessoa física, mais cara disponível no mercado. No geral, o rotativo é acionado quando o usuário não paga a fatura integral em um determinado mês. Os juros incidem na diferença entre o que foi amortizado e o valor total cobrado. No caso, em 2015, a dívida original poderia quintuplicar ao longo de um ano, com o uso do rotativo do cartão.

O aumento das taxas é explicado basicamente pela deterioração do mercado em 2015, face a pressão da inflação e a inadimplência em maior nível. Diante deste cenário, as instituições financeiras aumentaram as taxas de juros de maneira a compensar prováveis perdas com o possível calote por parte dos clientes. Como o mesmo já era notório antes mesmo do final do primeiro semestre de 2015, houve movimento de redução das carteiras e lucros das principais instituições financeiras do país.

E por todo o decorrer de 2015 a perspectiva ruim se manteve. O sucessivo aumento da inadimplência, do desemprego, da redução da renda ocasionando o maior risco de calote, contribuíram para que os juros ultrapassem barreiras históricas de aproximadamente 20 anos.

3.3 Análise da Oferta de Crédito pelas Instituições Financeiras

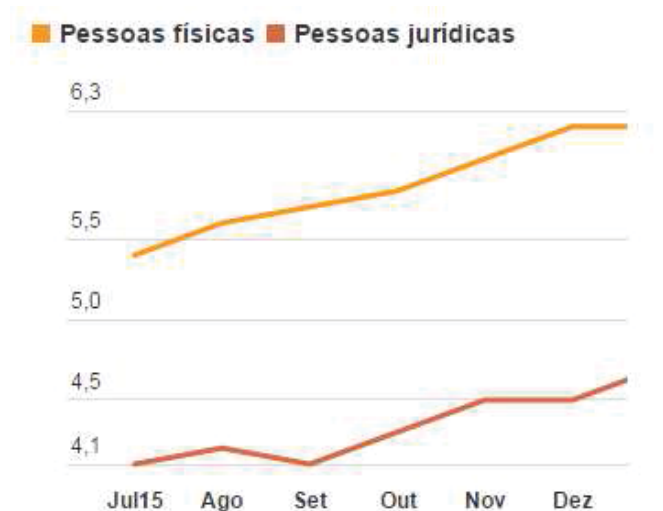
Desconsiderando os efeitos da inflação, a concessão de crédito pelas principais instituições caíram 3,2% em 2015. Após aplicada a taxa de inflação medida via IPCA, o índice oficial, que ficou em 10,67% obtém-se percentual final superior a 13%. Essa redução ocorre em um cenário como já citado anteriormente, de alta de juros, aumento da inadimplência e retração tanto na demanda, bem como, na oferta de financiamentos bancários. Nas operações voltadas a pessoas físicas, conforme Banco Central, a modalidade que mais sofreu recuo foi a de crédito subsidiado, para operações de financiamentos imobiliários – 18%.

Com a redução na liberação de novos empréstimos, houve menor crescimento também no volume de estoques de crédito, atingindo R\$ 3.2 trilhões em 2015. Nos bancos públicos o aumento do estoque foi de 10,9% mesmo a menor

contratação ter afetado as principais linhas de financiamentos destas instituições em específico. Nestes a inadimplência passou de 2% para 2.7% em dezembro 2015.

Já nos bancos privados o estoque recuou em 0.8% e os atrasos passaram de 3.7% a 4.5%. A taxa média bateu novo recorde da série iniciada pelo Banco Central em março de 2011, atingindo o patamar de 37.9% ao ano para as famílias.

GRÁFICO 8 – CRÉDITO NO SISTEMA FINANCEIRO (Inadimplência, em %)



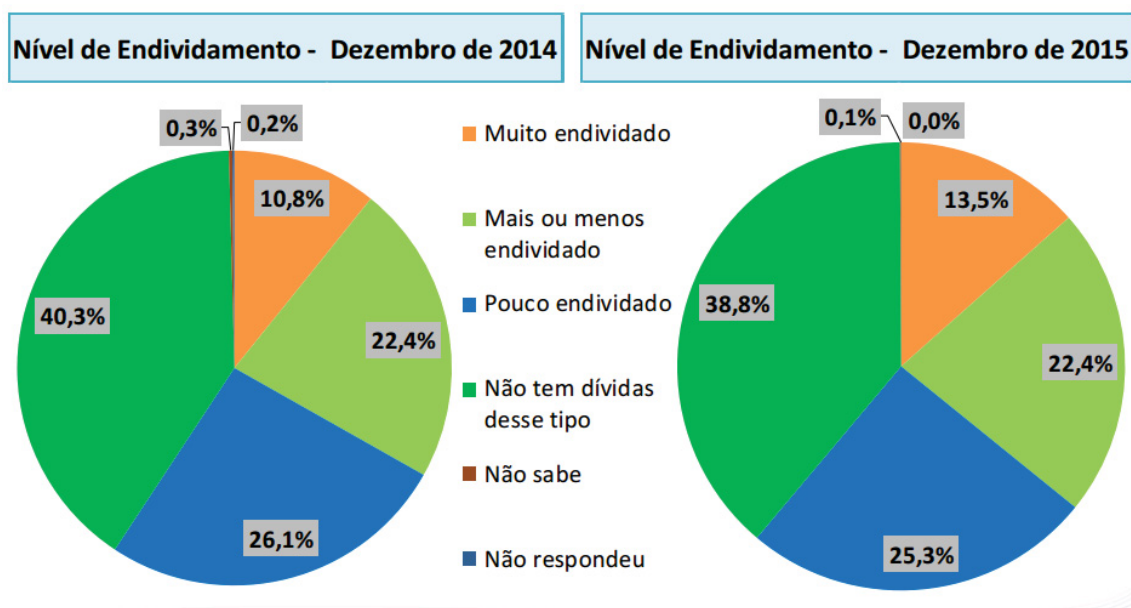
FONTE: BANCO CENTRAL, 2015

3.4 Análise da Inadimplência das Famílias

A Pesquisa Nacional do Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) é apurada de forma mensal pelo CNC desde janeiro do ano de 2010, coletando informações em todas as capitais dos Estados. Através destas informações, são levados em consideração indicadores como: percentual de consumidores endividados, com contas em atraso, os que não tiveram condições de pagar suas dívidas, tempo em que se encontram endividados e nível de comportamento de renda (CNC, 2016).

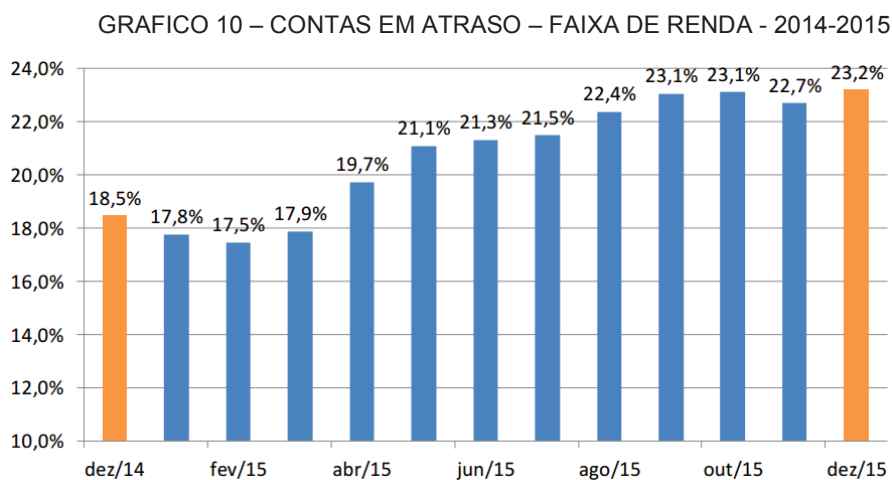
Além de identificar um perfil de endividamento, a pesquisa possibilita monitorar o nível de comprometimento do consumidor com dívidas e sua percepção em relação à sua capacidade de pagamento. (GRAFICO 9)

GRAFICO 9 – NÍVEL DE ENDIVIDAMENTO 2014-2015



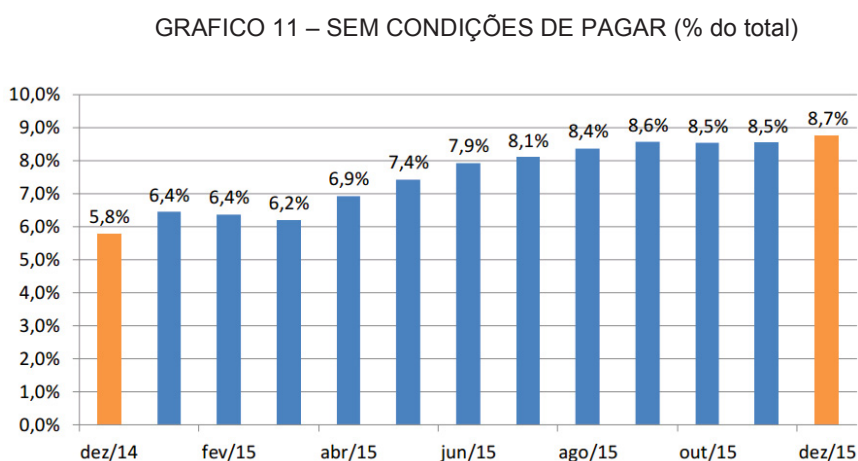
FONTE: PEIC, 2015

Conforme dados da Confederação Nacional de Comércio de Bens, Serviços e Turismo, CNC, em 2015 houve redução de 1,3% no número médio das famílias endividadas. Contudo, o número de inadimplentes (famílias com contas em atraso) aumentou 8,4% aproximadamente quando comparado a 2014, atingindo percentual histórico de 23,2%, o que não ocorria desde 2010. (GRAFICO 10)



FONTE: PEIC, 2015

As informações integram, a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC). Nesta, o número de famílias que reconheceram não ter perspectiva de amortizar suas dívidas subiu 23,2% chegando a 8,7% ao final de 2015, o que em números absolutos equivalem a 1,1 milhão de famílias. (GRAFICO 11)



FONTE: PEIC, 2015

Tal redução se deve a fatores da crise econômica de 2015, refletindo em menor consumo, aumento da inflação e desaquecimento do mercado de trabalho. A pesquisa ainda revela que a renda das famílias brasileiras, atualmente está mais comprometida com o pagamento de suas dívidas, passando de 30,4% para 31,9% entre 2014/2015 respectivamente. O maior custo do crédito em razão das maiores taxas de juros praticadas em 2015 contribuíram para maior comprometimento da renda.

TABELA 2 – NÍVEL DE ENDIVIDAMENTO

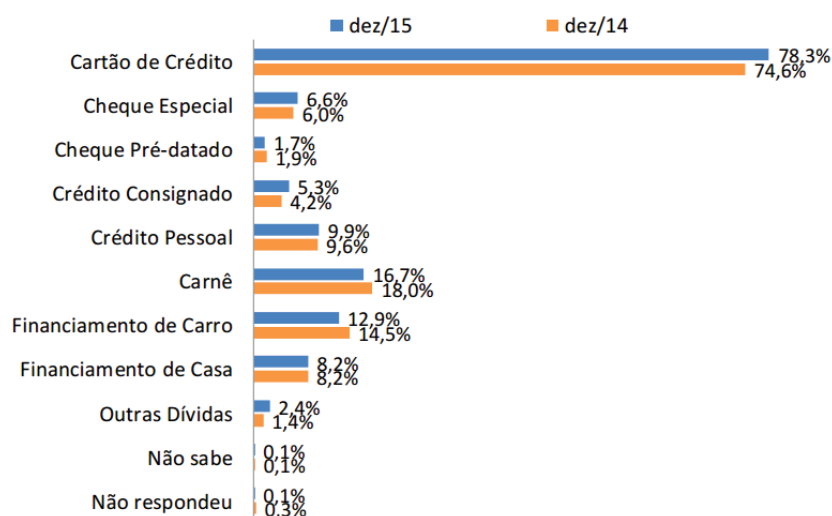
Nível de endividamento (% em relação ao total de famílias)			
Categoria	Dezembro de 2014	Novembro de 2015	Dezembro de 2015
Muito endividado	10,8%	13,4%	13,5%
Mais ou menos endividado	22,4%	22,0%	22,4%
Pouco endividado	26,1%	25,5%	25,3%
Não tem dívidas desse tipo	40,3%	38,9%	38,8%
Não sabe	0,3%	0,1%	0,1%
Não respondeu	0,2%	0,0%	0,0%

FONTE: PEIC, 2015

No geral 13,5% das famílias se consideram muito endividadas, contra 10,8,6% de 2014 (TABELA 2). Ainda, as famílias com renda de até dez salários mínimos estão mais endividadas, aproximadamente 62,4%, e apresentam os maiores percentuais quando analisado as contas em atraso – 23,4%. Já para as famílias com renda superior a 10 salários mínimos, o nível de endividamento é de 54,8%, sendo que 20,1% informam possuir dívidas em atraso e destas, 2,8% relatam problemas em quitá-las.

O cartão de crédito foi o principal tipo de dívida para 78,3% das famílias, seguindo por carnes 16,7% e financiamento de carro com representatividade de 12,9%. (GRAFICO 12). Além disso historicamente este se mantém como o produto de maior representatividade das famílias, quando analisada o índice histórico, conforme publicação do Banco Central. (TABELA 3)

GRAFICO 12 – PRINCIPAIS TIPOS DE DÍVIDAS



FONTE: PEIC, 2015

TABELA 3 – INADIMPLÊNCIA PESSOA FÍSICA (em %)

Tipo de Dívida	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016*
Cartão de Crédito	70,9%	72,7%	73,6%	75,2%	75,3%	76,1%	77,3%
Cheque Especial	8,3%	6,8%	6,2%	6,2%	5,6%	6,2%	16,1%
Cheque pré-datado	4,0%	3,0%	2,7%	2,2%	1,8%	1,7%	2,4%
Crédito consignado	3,9%	3,9%	4,0%	5,2%	4,7%	4,6%	4,8%
Crédito pessoal	11,3%	10,8%	11,3%	10,5%	9,5%	9,0%	9,9%
Carnês	25,0%	22,0%	19,8%	18,7%	17,0%	16,9%	15,4%
Financiamento carro	10,3%	10,0%	11,5%	12,2%	13,8%	13,7%	12,1%
Financiamento casa	3,2%	3,5%	4,5%	6,1%	7,8%	8,3%	8,4%
Outras dívidas	2,5%	3,1%	2,2%	2,5%	2,3%	2,2%	3,1%
Não sabe	0,2%	0,2%	0,3%	0,2%	0,2%	0,1%	0,4%
Não respondeu	0,3%	0,5%	0,3%	0,3%	0,3%	0,1%	0,1%

FONTE: BANCO CENTRAL, 2016

Nas famílias com renda de até dez salários mínimos o cartão de crédito passa a representar 79,8%. Já para as famílias com renda acima de dez salários mínimos o cartão de crédito permanece como principal tipo de dívida, com 71,4%. (TABELA 4)

TABELA 4 – PRINCIPAIS TIPOS DE DÍVIDAS

Tipo de dívida (% de famílias)			
Dezembro de 2015			
Tipo	Total	Renda familiar mensal	
		Até 10 SM	+ de 10 SM
Cartão de crédito	78,3%	79,8%	71,4%
Cheque especial	6,6%	5,3%	12,8%
Cheque pré-datado	1,7%	1,4%	2,7%
Crédito consignado	5,3%	4,8%	7,4%
Crédito pessoal	9,9%	9,5%	11,6%
Carnês	16,7%	17,7%	12,3%
Financiamento de carro	12,9%	9,9%	26,9%
Financiamento de casa	8,2%	5,9%	18,4%
Outras dívidas	2,4%	2,7%	1,2%
Não sabe	0,1%	0,1%	0,1%
Não respondeu	0,1%	0,1%	0,1%

FONTE: PEIC, 2015

Após dois meses consecutivos de retração, o percentual de famílias com dívidas ficou praticamente estável entre novembro e dezembro de 2015. Cabe frisar, que mesmo o pagamento do décimo terceiro salário aos trabalhadores, fator sazonal, também houve sensível piora na análise das famílias em relação às suas dívidas. Mesmo que se observe retração nos indicadores de consumo das famílias, sobretudo das categorias de bens usualmente atreladas ao crédito, o aumento das taxas de juros, ao mesmo tempo em que há redução do emprego e da renda real dos consumidores, manteve o nível de endividamento das famílias em patamares superiores em relação a 2014.

A proporção de famílias com contas ou dívidas em atraso foi maior em dezembro, na comparação com novembro, e o indicador alcançou o maior nível desde junho de 2012. Mesmo com o fator sazonal do período, que também favorece a quitação de débitos em atraso, houve piora nos indicadores de inadimplência, e

uma proporção maior de famílias informou não ter condições de pagar suas contas ou dívidas em atraso. As taxas de juros mais elevadas e o cenário menos favorável do mercado de trabalho também impactaram negativamente os indicadores de inadimplência e a percepção das famílias em relação às suas dívidas,

Diferentemente das taxas praticadas entre 2011/2012, os percentuais de todo 2015 foram reflexo do cenário econômico, que sofre com consequências causadas por altas inflacionárias e aplicações de maiores juros, que impactaram diretamente na renda familiar e no aumento da inadimplência por consequência. Diante de um cenário instável, o mercado por sua vez apresenta consequências como desemprego, o que colabora com o desaquecimento da economia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A economia brasileira passou em 2015 por um momento delicado. O produto interno bruto (PIB) caiu 3,80% em relação a 2014, a maior queda da série histórica iniciada em 1996. O PIB per capita recuou 4,60% em relação ao ano anterior. Esses números apenas comprovaram a tendência de enfraquecimento da atividade que já se observava na segunda metade de 2014. Por sua vez, em relação à inflação, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulou alta de 10,67% em 2015, contra 6,41% em 2014.

Além da queda no nível de atividade e da inflação elevada, a retração dos investimentos foi um fato relevante na medida em que confirmou ser improvável uma recuperação rápida na produção de bens, dificultando uma retomada no mercado de trabalho. Além disso, o maior peso da restrição fiscal restringiu a adoção de políticas governamentais para criar condições mais propícias para a recuperação da situação econômica.

Todas as condições desfavoráveis, passaram então a interferir diretamente na vida dos consumidores, que necessitaram adotar estratégias na tentativa de manter o padrão de consumo, adquirido pelo crescimento econômico do país em anos anteriores. Os bancos por sua vez passaram a cobrar mais caro pelo crédito oferecido as pessoas físicas e ao mesmo tempo restringiram sua metodologia de avaliação de crédito, de forma a evitar um possível calote. Uma vez cobrando mais, as pessoas físicas observaram, sobretudo, com o cartão de crédito dificuldades em manter seus compromissos em dia, já que em 2015, mês a mês viram as taxas cobradas pelas instituições subirem consideravelmente. O reflexo de todo este movimento foi o aumento expressivo do endividamento das famílias, atestando preocupação em relação a sua capacidade de pagamento.

Finalmente, entende-se que, com o aumento da importância do crédito na economia brasileira, em destaque o crédito ao consumidor, o acompanhamento desses indicadores é fundamental para se analisar a capacidade de endividamento e de consumo futuro deste, levando-se em conta o comprometimento de sua renda com dívidas e sua percepção em relação a sua capacidade de pagamento. Assim, a

pesquisa representa também um importante indicador antecedente do consumo e do crédito.

REFERÊNCIAS

MANIKW, N. Gregory. **Introdução a Economia**. 3º da Tradução Norte Americana, 2007.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4º ed. São Paulo: Atlas S/A, 2002.

MARISTRELLO PORTO, Antonio José. **Superendividamento no Brasil** – Juruá, 2015.

MINHAS ECONOMIAS. **Taxas do cheque especial e do rotativo de cartão batem novos recordes**. São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://minhaseconomias.com.br/blog/dividas/cheque-especial-e-credito-rotativo-cartao>>. Acesso em 10.08.16

AGENCIA BRASIL. **IPCA: Inflação oficial fecha 2015 em 10,67%**. São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2016-01/ipca-inflacao-oficial-fecha-2015-em-maior-alta-desde>>. Acessado em 10.08.16

CNC. **Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor**. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<http://www.cnc.org.br/central-do-conhecimento/pesquisas/pesquisa-nacional-de-endividamento-e-inadimplencia-do-consumidor-7>>. Acessado em 20.08.16

EXAME. **Inadimplência**. São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/topicos/inadimplencia>>. Acessado em 10.08.16

SERASA EXPERIAN. **Mapa da Inadimplência**. São Paulo, 2016. Disponível em: <<https://www.serasaexperian.com.br/estudo-inadimplencia/>>. Acessado em 10.08.16

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO. **Pesquisa PEIC**. Disponível em: <<http://www.cnc.org.br/>>. Acessado em 10.08.16

G1. **Economia brasileira vai demorar para se recuperar, apontam analistas**. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/mercados/noticia/2015/10/economia-brasileira-vai-demorar-para-se-recuperar-apontam-analistas.html>>. Acessado em 12.08.16

SPOTNIKS. **Entenda o que está acontecendo com a economia brasileira em menos de 3 minutos**. São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://spotniks.com/entenda-o-que-esta-acontecendo-com-economia-brasileira-em-menos-de-3-minutos>>. Acessado em 12.08.16

FOLHA DE SÃO PAULO. **Crédito encolhe e inadimplência sobe em janeiro, afirma Banco Central**. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/02/1742723-credito-encolhe-e-inadimplencia-sobe-em-janeiro-afirma-banco-central.shtml>>. Acessado em 15.08.16

AGENCIA BRASIL. **Inadimplência com o rotativo do cartão de crédito atingiu 38,9 em setembro.** Disponível em: <agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2015-11/inadimplencia-com-rotativo-do-cartao-de-credito-atingiu-389-em-setembro>. Acessado em 25.08.16

EM. **Calote no cartão de crédito aumenta.** Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/economia/2016/05/27/internas_economia,766651/mais-calote-no-cartao.shtml>. Acessado em 25.08.16

VALOR ECONOMICO. **Finanças.** Disponível em: <<http://www.valor.com.br/financas/credito>>. Acessado em 25.08.16

IDV. **Com novo aumento do spread bancário, juros ao consumidor fecham em 41,3% a.a. em abril de 2016.** Disponível em: <<http://www.idv.org.br/credito-juros-inadimplencia/com-novo-aumento-do-spread-bancario-juros-ao-consumidor-fecham-em-413-a-a-em-abril-de-2016/>>. Acessado em 27.08.16

FOLHA DE SÃO PAULO. **Concessão de crédito cai em 2015 com aumento de juros e inadimplência.** Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/01/1734017-concessao-de-credito-cai-em-2015-com-aumento-de-juros-e-inadimplencia.shtml>>. Acessado em 30.08.16

CNC. **Perfil do Endividamento das famílias em 2015.** Disponível em: <<http://www.cnc.org.br/central-do-conhecimento/pesquisas/perfil-do-endividamento-das-familias-brasileiras-em-2015>>. Acessado em 30.08.16

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Indicadores Financeiros.** Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>>. Acessado em 30.08.16

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Economia Bancária e Crédito.** Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pec/depep/spread/rebc_2014.pdf>. Acessado em 30.08.16.